

“O QUE OS OLHOS NÃO VEEM”: IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E OS IMAGINÁRIOS COMUNICACIONAIS EM COMUNIDADES SURDAS SINALIZANTES

“LO QUE LOS OJOS NO VEN”: IDEOLOGÍAS LINGÜÍSTICAS E IMAGINARIOS
COMUNICACIONALES EN COMUNIDADES SORDAS SIGNANTES

“WHAT THE EYES DON’T SEE”: LINGUISTIC IDEOLOGIES AND COMMUNICATIONAL
IMAGINARIES IN SIGNER DEAF COMMUNITIES

Ramon Santos de Almeida Linhares*

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



RESUMO: Este ensaio teórico investiga as ideologias linguísticas de línguas de sinais, explorando como os fenômenos comunicacionais dos coletivos surdos sinalizantes são compreendidos e orientados ideologicamente. Utilizando uma abordagem qualitativa e teórica com objetivo explicativo, a pesquisa compila e analisa artigos acadêmicos, livros e documentos institucionais em uma revisão crítica de literatura. Os objetivos incluem apresentar as ideologias linguísticas como objeto de estudo nos campos interdisciplinares da linguagem, situando-as como questões epistemológicas, ontológicas e filosóficas, e posicionar essas ideologias como um problema em Políticas Surdas, destacando seu interesse para os Estudos Surdos. O estudo utiliza uma arquitetura conceitual que diferencia fenômenos surdos como “internos” e “externos” às comunidades surdas para dialogar com estudos que descrevam as especificidades das ideologias linguísticas de línguas de sinais. As ideologias externas abrangem mitos sobre as línguas de sinais, a evolução das percepções sobre gestos e sinais, e a institucionalização da superioridade das línguas orais sobre as de sinais como política linguístico-educacional. As ideologias internas abordam a multimodalidade e gestualidade verbal, a nomeação de línguas de sinais nacionais e o apagamento de variedades, além dos policiamentos, padronizações e purismos, enquadrando as experiências surdas sinalizadas e a educação bilíngue e suas ideologias de línguas de sinais. Conclui-se que os marcadores de ideologias linguísticas internas e externas são insuficientes para situar plenamente os valores e impactos dessas ideologias na afirmação social das vidas surdas, sendo necessária uma constante revisão crítica – especialmente pelos próprios teóricos surdos – para desenvolver uma prática em Estudos Surdos menos maniqueísta, mais crítica e articulada com a atualidade das comunidades surdas.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologias linguísticas. Línguas de Sinais. Estudos Surdos. Comunidades surdas. Sócio-pragmática.

* Doutorando em Linguística no PPGL/UFSC e mestre em Estudos da Tradução (PGET/UFSC). Tradutor e intérprete de Libras do Centro de Comunicação e Expressão (CCE/UFSC). E-mail: ramon.linhares@ufsc.br.

RESUMEN: Este ensayo teórico investiga las ideologías lingüísticas de las lenguas de señas, explorando cómo los fenómenos comunicacionales de los colectivos sordos signantes son comprendidos y orientados ideológicamente. Utilizando un enfoque cualitativo y teórico con objetivo explicativo, la investigación compila y analiza artículos académicos, libros y documentos institucionales en una revisión crítica de literatura. Los objetivos incluyen presentar las ideologías lingüísticas como objeto de estudio en los campos interdisciplinarios del lenguaje, situándolas como cuestiones epistemológicas, ontológicas y filosóficas, y posicionar estas ideologías como un problema en Políticas Sordas, destacando su interés para los Estudios Sordos. El estudio utiliza una arquitectura conceptual que diferencia fenómenos sordos como "internos" y "externos" a las comunidades sordas para dialogar con estudios que describen las especificidades de las ideologías lingüísticas de las lenguas de señas. Las ideologías externas incluyen mitos sobre las lenguas de señas, la evolución de las percepciones sobre gestos y señas, y la institucionalización de la superioridad de las lenguas orales sobre las de señas como política lingüístico-educacional. Las ideologías internas abordan la multimodalidad y gestualidad verbal, la nominación de lenguas de señas nacionales y el borrado de variedades, además de los policiamientos, padronizaciones y purismos, encuadrando las experiencias sordas señaladas y la educación bilingüe y sus ideologías de lenguas de señas. Se concluye que los marcadores de ideologías lingüísticas internas y externas son insuficientes para situar plenamente los valores e impactos de estas ideologías en la afirmación social de las vidas sordas, siendo necesaria una constante revisión crítica - especialmente por parte de los propios teóricos sordos - para desarrollar una práctica en Estudios Sordos menos maniquea, más crítica y articulada con la actualidad de las comunidades sordas.

PALABRAS CLAVE: Ideologías lingüísticas. Lenguas de Señas. Estudios Sordos. Comunidades sordas. Socio-pragmática.

ABSTRACT: This theoretical essay investigates the linguistic ideologies of sign languages, exploring how the communicational phenomena of signing deaf collectives are ideologically understood and oriented. Utilizing a qualitative and theoretical approach with an explanatory objective, the research compiles and analyzes academic articles, books, and institutional documents in a critical literature review. The objectives include presenting linguistic ideologies as an object of study in the interdisciplinary fields of language, situating them as epistemological, ontological, and philosophical issues, and positioning these ideologies as a problem in Deaf Politics, highlighting their interest for Deaf Studies. The study uses a conceptual framework that differentiates deaf phenomena as "internal" and "external" to deaf communities to dialogue with studies that describe the specificities of linguistic ideologies of sign languages. External ideologies include myths about sign languages, the evolution of perceptions about gestures and signs, and the institutionalization of the superiority of oral languages over sign languages as a linguistic-educational policy. Internal ideologies address multimodality and verbal gestuality, the nomination of national sign languages and the erasure of varieties, as well as policing, standardizations, and purisms, framing the signed deaf experiences and bilingual education and its ideologies of sign languages. It concludes that the markers of internal and external linguistic ideologies are insufficient to fully situate the values and impacts of these ideologies in the social affirmation of deaf lives, requiring constant critical review - especially by deaf theorists themselves - to develop a practice in Deaf Studies that is less manichean, more critical, and articulated with the current realities of deaf communities.

KEYWORDS: Linguistic ideologies. Sign Languages. Deaf Studies. Deaf communities. Socio-pragmatics.

1 INTRODUÇÃO



“A chave dos Surdos”
Fábio Gonçalves

*“Existe um caminho que vai dos olhos
ao coração sem passar pelo intelecto.”*
Gilbert Chesterton

Estudos linguísticos, assim como qualquer empreendimento epistemológico, são práticas ideologicamente orientadas, de modo que isso não se mostra diferente nos estudos dedicados às línguas de sinais. As prescrições sobre como os surdos “deveriam” se comunicar – e todo complexo aparato conceitual construído ao redor dessa questão – lançam pistas para um cerne conceitual situado para além da divergência de opiniões entre surdos e ouvintes. O imaginário normativo lançado sobre as pessoas surdas é composto de ideologias atualizadas principalmente nos modos como as línguas são concebidas e efetivamente usadas, considerando os contextos históricos e geográficos onde os surdos se encontram.

Ainda que as ideologias se inscrevam como paradigmas que operam *na e por meio* das linguagens, cabe destacarmos que não buscamos identificar todas as ideologias que possam atravessar os coletivos surdos sinalizantes. Queremos, estritamente, nos inscrever no campo dos estudos sócio-pragmáticos das ideologias linguísticas, operando, mais especificamente, no recorte das línguas de sinais. São estudos que abordam a linguagem em sua amplitude (para além do verbal e não-verbal) buscando compreender as “[...] ideologias que são, de alguma forma, cruciais sobre a própria linguagem, ao invés de todas as ideologias codificadas *no ou por meio* dela” (Woolard, 2021, p. 2)¹.

Associar as línguas de sinais e as comunidades surdas ao conceito de ideologia – na ambígua amplitude das conotações do termo – pode parecer perigoso, perverso e desinformado. Mas estamos cientes de que esse é um termo que compõe o emaranhado de palavras que foram conjuradas, deslocadas e politicamente reposicionadas na construção do complexo cenário político que vivemos no Brasil de quando escrevemos esse texto.

Seja usado para se referir ao que se pretendia como doutrina das ideias ou seja usado pejorativamente como uma mentira que se passa por verdade, o termo ideologia, para nosso estudo, diz respeito a um fundo comum do imaginário conceitual compartilhado como pressuposto fundamental de determinados coletivos humanos. Blommaert (2006, p. 510) descreve a ideologia da linguagem como “[...] as suposições não ditas que, como uma espécie de ‘cimento social’, transformam grupos de pessoas em comunidades, sociedades e culturas”.

Por isso, não nos cabe dedicar nossa atenção estritamente à própria relação associativa entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), as comunidades surdas e o caritarismo solidário de fundo religioso como projeto de governo (Mello, 2019), mas questionar criticamente – não nos desviando da complexidade de pensar nosso tempo – como esse movimento se torna possível, justamente, por um conjunto de ideais que já e ainda estão associados às línguas de sinais e às pessoas surdas.

A estruturação deste texto segue o formato de uma breve revisão bibliográfica, em cuja redação se permite tomar um tom mais ensaístico em alguns momentos. Não apenas para efeito de estilo, mas para inferirmos, em diversos elementos de nossa argumentação, algumas críticas e comentários sobre os elementos que reunimos aqui sob o rótulo de **ideologias linguísticas de línguas de sinais**.

Iniciamos apresentando como a atualidade dos estudos em Pragmática revisam seu próprio percurso identificando a questão das ideologias linguísticas como interface entre linguagem e sociedade. Seguimos dando um passo, aparentemente, para fora dos estudos da linguagem para falarmos do que elencamos por fundamentos das Políticas Surdas – associada ao nosso debate quando as apresentamos como um conjunto de ideologias de afirmação e resistência centradas nas línguas de sinais. Finalmente, pondo a Sócio-pragmática em diálogo com os Estudos Surdos, desenhamos dois contextos de formulação de ideologias linguísticas de línguas de sinais. A partir do jogo “dentro” e “fora” – extraído do imaginário das comunidades de fala – desenvolvemos, em dois tópicos, uma apresentação do que categorizamos como ideologias linguísticas “externas” e “internas”, complementando essa segunda categoria com uma breve revisão crítica.

2 IDEOLOGIA LINGUÍSTICA: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS, ONTOLÓGICAS E FILOSÓFICAS

¹ Tradução e grifos nossos – tanto dessa como de outras obras apresentadas nas referências em seus idiomas de publicação.

A ideologia tem um papel significativo na formação das práticas dos estudos linguísticos. É amplamente reconhecido que os estudos linguísticos, como qualquer empreendimento epistemológico, são ideologicamente orientados. O conceito de ideologia nos estudos linguísticos refere-se ao conjunto de crenças, valores e suposições que influenciam a forma como a linguagem é estudada e ensinada. A forma como a linguagem é percebida e analisada é moldada pela orientação ideológica subjacente do pesquisador ou professor. Portanto, um exame crítico dos fundamentos ideológicos dos estudos linguísticos é crucial para compreender o papel da ideologia na formação de nossa compreensão da língua.

Por exemplo, Silverstein (1979), proponente do termo *Linguistic Ideology*, provoca a discussão sobre a relação entre a estrutura da linguagem e a ideologia linguística, enquanto Briggs (1992) explora como as ideologias linguísticas naturalizam o poder no discurso Warao. Moita Lopes (2013) investiga como a ideologia linguística constrói discursivamente o português no século XXI, e Silva (2019) analisa signos injuriosos e o debate sobre ideologias linguísticas, utilizando como exemplo os *cartoons* dinamarqueses. Além disso, Silva e Signorini (2021) discutem as ideologias sobre o inglês como língua da ciência no Brasil. Estes autores contribuem significativamente para o entendimento da linguagem como um objeto complexo e multifacetado, refletindo sobre suas influências sociais e culturais.

Inscrita no campo dos estudos sócio-pragmáticos, as investigações sobre as ideologias linguísticas as compreendem como a expressão de pensamentos e crenças sobre as línguas, suas variedades, modalidades, gêneros e principalmente o que se concebe sobre as pessoas que as usam e como usam. As concepções que pretendemos problematizar, na construção de nosso objeto – as ideologias linguísticas de línguas de sinais –, são aqui posicionadas enquanto paradigmas sobre a linguagem. Ideologias que têm como alvo não apenas inferir (negativa ou afirmativamente) sobre as línguas, mas também formular desenhos ontológicos e normativas existências para os sujeitos dessas línguas.

As ideias das pessoas sobre línguas, formas de falar e estilos expressivos são moldadas por suas posições e valores sociais em um jogo de diferenciação que valora, setoriza e hierarquiza os variados repertórios de uso da linguagem. Vários discursos circulam socialmente diferenciando o status atribuído em níveis inter e intralinguísticos. Respectivamente, são modos de pensar e falar sobre certas línguas em detrimento de outras, assim como de hierarquizar os vários modos de usos de uma mesma língua. Ou seja, uma ideologia de diferenciação linguística (Irvine; Gal, 2000).

Concentrando-se nos aspectos dessa diferenciação, as ideologias são compreendidas como “[...] esquemas conceituais impregnados de questões políticas e morais que permeiam o campo linguístico” (Irvine; Gal, 2000, p. 35). Trata-se de esquemas conceituais dinâmicos que se atualizam tanto em *teorias populares* de significação sobre a linguagem – ou seja, como as pessoas compreenderam e pensaram sobre e por suas próprias línguas –, assim como refletem no *fazer científico* – reconhecendo que os estudos gerais em Linguística, assim como a investigação de idiomas específicos, em si, são sempre parte central de um empreendimento ideológico (Kusters *et al.*, 2020).

Para fins de progressão deste bloco argumentativo, apresentamos as ideologias linguísticas como uma questão observável em três esferas interseccionais. A saber, como questão: a) epistemológica (científica); b) ontológica (existencial); e c) filosófica (conceitual).

2.1 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COMO QUESTÃO EPISTEMOLÓGICA

Enquanto objeto de estudo possibilitado pela atualidade em Linguística Aplicada, as ideologias linguísticas são identificadas principalmente na articulação interdisciplinar entre campos como a **sócio-pragmática**, a **sociolinguística**, a **análise do discurso** e a **antropologia linguística**. Procedimentos teórico-metodológicos de cunho socioantropológicos, tais como métodos etnográficos e afins, são, por isso, recorrentes. As crenças associadas à linguagem são posicionadas como objeto privilegiado investigação, pois se tem por pressuposto que “[...] entre linguagem e estrutura social, existem as ideologias linguísticas” (Woolard, 2020, p. 3). E, por isso, a definição do *locus* dessas investigações destaca a participação ativa e direta dos indivíduos (cientistas ou não) na criação e manutenção dos modos de compreensão, definição e gerenciamento das línguas.

Teórica e metodologicamente, diferentes ferramentas conceituais podem ser utilizadas para observar e descrever as relações ideológicas em torno da linguagem. Diversas abordagens problematizam a linguagem para além de suas condições sistêmicas intrínsecas, como as de cunho etnográfico (Spradley, 1979; Mattos, 2011), historiográfico (Orlandi, 2001), sociológico (Bernstein, 1971), literário (Lyra, 1993), filosófico (Nietzsche, 1988; Foucault, 1966, 1970; Wittgenstein, 1953; 2001a; 2021b; Bakhtin; Volochinov, 1999; Deleuze, 1993; Derrida, 2011; Mosé, 2018, 2019) e semiológico (Irvine; Gal, 2000).

Embora o termo "ideologia linguística" não esteja presente em algumas dessas obras, esses autores e trabalhos se dedicaram a investigações que buscam reconhecer a linguagem, em sua vasta e múltipla complexidade, como objeto do pensamento. Eles veem a linguagem como uma força que se dobra sobre si mesma para se criar, ao mesmo tempo em que tenta se compreender e descobrir, criando mundos reais e possíveis.

As diferentes manifestações da linguagem e as inúmeras possibilidades de interpretar essas manifestações são sustentadas pelas concepções sobre as competências das linguagens – as ideologias sobre as competências das linguagens – diretamente vinculadas ao seu uso efetivo – as práticas (Kusters *et al.*, 2020). Nessa linha, a pesquisadora surda Annelies Kusters (2014) destaca a importância de diferenciar práticas, teorias e fatos linguísticos como formas específicas de manifestação afirmativas e/ou contraditórias de certas ideologias linguísticas.

Articulado aos debates em políticas linguísticas, o termo "*práticas de linguagem*" (Spolsky, 2004) é usado para denotar as escolhas de uso de diferentes línguas e suas variações que os indivíduos e/ou comunidades fazem. Kusters (2014) utiliza o conceito para indicar que "[...] algumas ideologias linguísticas podem ser consideradas implícitas nessas práticas de linguagem, enquanto outras ideologias parecem ir contra a prática" (p. 142). Portanto, cabe às investigações sobre as ideologias linguísticas renunciar aos pressupostos generalistas e abrir espaço para a observação da linguagem nas dinâmicas pelas quais ela é usada para (re)configurar diferentes territórios.

Essa perspectiva é essencial para entender como as ideologias linguísticas se manifestam de forma situacional e, muitas vezes, contraditória. A análise contextual revela a complexidade dessas manifestações. Pois, é pela

[...] análise contextual mostra que as ideologias da linguagem muitas são vezes dependentes da situação e, de fato, muitas vezes aparentemente contraditórias, variando no espaço e nos momentos no tempo. Portanto, em vez de apenas identificar as ideologias da linguagem como aparecem nos discursos metalinguísticos, os autores deste livro analisam como as práticas cotidianas da linguagem envolvem implícita ou explicitamente ideias sobre essas práticas e vice-versa (Kusters *et al.*, 2020, p. 3).

Nesse contexto, um princípio que atravessa este estudo é a necessidade de localizar. Situar a singularidade do contexto significa não apenas descrevê-lo em suas propriedades até a exaustão; não se trata de reduzir o fenômeno por práticas discursivas sofisticadas. Localizar contextualmente exige que também assumamos a inferência das forças que se propõem a interpretá-los. O jogo dialético, exercitado em uma pragmática radical, nos cobra assumirmos a singularidade dos fenômenos assim como a parcialidade (ideológica e pessoal) dos objetos de linguagem que se evidenciam no recorte de uma determinada análise.

2.2 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COMO QUESTÃO ONTOLÓGICA

A questão da ontologia, tanto em sua definição filosófica quanto na sua aplicação prática no estudo das ideologias de linguagem, envolve a maneira como concebemos e representamos a existência e o ser. Quando tratamos das ideologias de linguagem a partir de uma abordagem ontológica, não estamos apenas lidando com a descrição de sistemas linguísticos ou estruturas sociais, mas também com a forma como essas ideologias moldam o próprio modo de existir dos sujeitos e das comunidades.

A ontologia, em termos simples, busca entender o que "existe", mas, quando aplicada ao estudo da linguagem, a questão se torna mais complexa. As imagens ontológicas que criamos para entender a linguagem – como as categorias de "eu" e "outro" descritas por

Irvine e Gal (2000) – não são meras descrições neutras, mas modos de conceber a realidade que afetam diretamente as identidades e as relações sociais. Assim, a maneira como definimos esses "Outros" e suas práticas linguísticas, por meio de essencializações e simplificações, não é apenas uma construção semiótica externa, mas uma ontologia em si. Ou seja, estamos definindo não apenas o que os "Outros" fazem ou dizem, mas o que eles "são" dentro desse sistema de referência.

Esse problema de concepção de imagens ontológicas remete ao que Wittgenstein (1953) chamou de a interseção entre linguagem e formas de vida: as práticas linguísticas não descrevem passivamente o mundo, elas são parte constitutiva da maneira como o mundo é vivenciado e compreendido. Por exemplo, quando essencializamos práticas linguísticas de uma comunidade, não estamos apenas criando uma representação de suas diferenças; estamos constituindo as formas pelas quais essa comunidade pode ser percebida e classificada na ontologia social mais ampla.

Além disso, na perspectiva de Foucault (2002), a linguagem e seus discursos são mecanismos que não apenas representam relações de poder, mas também as constroem e regulam. Dessa forma, a imagem ontológica que criamos através das ideologias de linguagem influencia diretamente a forma como grupos sociais, como surdos ou falantes de dialetos, são posicionados dentro das estruturas de poder. Spolsky (2004) reforça que essas ideologias linguísticas envolvem mais do que a organização formal da linguagem, afetando identidades, fronteiras culturais e relações políticas.

Portanto, o problema de concepção das imagens ontológicas nas ideologias de linguagem é uma questão tanto de "ontologia" no sentido filosófico clássico – o que existe e como classificamos – quanto de uma ontologia aplicada, onde as representações linguísticas se tornam constitutivas do ser. Ao criar essas imagens, participamos da criação de realidades sociais que moldam não apenas as práticas linguísticas, mas também a forma como os sujeitos e as comunidades percebem e experienciam sua própria existência.

2.3 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COMO QUESTÃO FILOSÓFICA

As práticas de linguagem se desdobram nas tensões entre uso e valoração tornando a linguagem um território de forças em constante disputa. Essas tensões não cabem mais em interpretações dicotômicas e vêm exigindo modelos de leitura e descrição que compreendam as disputas discursivas como uma complexa rede de ideologias. Um território cujas forças não se apresentam em identidades fixas, imutavelmente boas ou más, pois não é a qualidade da força que determina o laço, mas a intensidade entre elas. As redes ideológicas são sustentadas por tensões que, afirmativas ou negativas, variam em suas intensidades se expandindo ou recolhendo em novas conexões – mas nunca por superação ou ausência de tensionamentos multidirecionais.

Isso não acontece porque as generalizamos para fora dos contextos reais de relações de poder, mas porque o privilégio ou a privação de direitos são *efeitos* do exercício ideológico do poder. Uma estratégia de transformação do imaginário social é, sem dúvidas, a implementação de políticas afirmativas que modifiquem a lógica das paisagens sociais. Ver pessoas que antes estavam privadas de mobilidade social ocupando espaços não autorizados a elas tem um forte impacto na mudança organizacional do estrato social. Mas estaríamos cometendo um equívoco se enfrentarmos apenas os efeitos como se fossem a causa.

Entre o cabo de guerra e os corpos em movimento se faz possível ver (nem sempre com nitidez) que as tensões não são entre polaridades reconhecidas pela lógica das identidades. As ideologias são forças concomitantes, ainda que opostas, e atualizadas, inclusive por aquilo que pretende lhe fazer resistência. A lógica das identidades não nos permite trabalhar com a análise de ideologias linguísticas – ou quaisquer outras.

Essa condição de tensão entre as ideias sobre as pessoas surdas não pode ser reduzida à imagem de um jogo como o cabo de guerra. Trata-se de uma tensão que precisamos observar para além de uma ordenação linear e dicotômica, pois, ao nos desfazermos dessas fronteiras – por exemplo, da cisão monolíngue dada na disputa *oralização* versus *sinalização* –, poderemos identificar o uso das línguas manifestos em práticas de linguagens para além de ideais sobre o "bom" ou "maus", ou dos jeitos "certo" ou "errado" de ser surdo. Certas ideologias se mostram fundamentais para se ramificarem nos vários níveis de ordenação da vida. Aqui nos

debruçamos sobre as ideologias que operam essas ordenações atravessando valorativamente os fenômenos linguísticos emergentes em comunidades surdas sinalizantes.

Se há uma imagem que poderia nos falar sobre essas "linhas" e o comportamento de suas "tensões", talvez seja a do funcionamento dos músculos nos corpos vivos. Essa analogia, embora pareça distante, nos permite destacar que "[...] entende-se com os músculos, lê-se mesmo com os músculos [...]. Nunca se comunicam pensamentos; comunicam-se movimentos [...] a partir dos quais chegamos aos pensamentos" (Nietzsche, 2005, p.136). Para Nietzsche, o pensamento não é apenas um processo intelectual, mas algo profundamente enraizado no corpo. Os movimentos físicos são essenciais na construção e compreensão dos pensamentos, reforçando a ideia de que a comunicação é mais corporal do que puramente racional. Essa relação entre linguagem, corpo e ideologias abre um vasto campo de investigação, mas aqui nos limitamos a sugerir que ela constitui o pano de fundo conceitual de nossas concepções sobre o fluxo – intra e interpessoal – do pensamento como um afeto mediado pela linguagem. Nesse sentido, a psicomotricidade nos oferece uma abordagem que vê o funcionamento do organismo como um produto da interação entre a fisiologia individual e os hábitos comportamentais desenvolvidos pelo corpo, onde o movimento torna-se uma forma de linguagem que conecta corpo e pensamento.

Desse modo, a musculatura nos parece uma imagem interessante para explorarmos, tanto como metáfora para pensarmos a relação dialógica entre ideias, concepções, ideologias e conhecimento, assim como nos permite posicionar o corpo (humano e não humano) como o próprio lugar onde essas tensões vão se realizar. As concepções ideológicas expandem e recolhem, se contraem e relaxam, colocando estruturas mais rígidas em movimento pelo modo como imprimem forças sobre elas no objetivo de articulá-las. Assim como no funcionamento muscular, as ideias não estão ou funcionam isoladas. Não é uma única fibra muscular, mas são os músculos, quando ativados em grupos musculares (funcionando como organismo no nível das cadeias psicocorporais²), que geram o movimento. Assim como não é uma única ideia, mas as concepções, suas sistematizações (institucionais) e suas complexidades nos paradigmas ideológicos que movimentam a vida nos coletivos humanos.

Aprofundando-nos na exploração dessa imagem, lembremos que a própria mobilidade do corpo – seja como gesto ou deslocamento – é resultado das forças internas e externas que operam *sobre e nos* corpos. Elas formam as memórias e os padrões – conscientes e inconscientes – do que esse corpo se aperfeiçoou a ser em sua trajetória de vivências. Ou seja, não necessariamente como uma teoria psicossomática da linguagem, mas como exercício argumentativo, pensar as tensões ideológicas para além da polaridade simplória de um jogo de cabo de guerra abre a possibilidade de nos desfazermos dos modelos dicotômicos – de bom e mau, verdade e mentira. Os sujeitos se encontram em uma complexa rede formada por muitas linhas de força e que por muitas vezes são tratados como interdependentes – devido não apenas a serem elaborados como respostas em si, mas por serem postos em oposição uns aos outros. A vida enquanto linguagem se atualiza sustentando não apenas o interior desses argumentos, mas também, e principalmente, a tensão entre eles. Condições que, embora às vezes percebidas, são tão complexas que, por não se encaixarem em dicotomias, acabam sendo colocadas na gaveta dos tabus.

A sensibilidade à qual nos referimos no tratamento desses temas, ao nosso ver, não pode ser manuseada por uma pretensa neutralidade ou superioridade a essas lógicas dicotômicas. Tal como iniciamos afirmando, não é possível fazer ciência sem questionar os modelos teórico-metodológicos empregados em nossas arquitetônicas de pesquisa. Aquilo que nos parece necessário para recebermos e dialogarmos com novos modos de pensar a gestão da vida com base em experiências antes negadas como base para novas políticas e práticas.

2 POLÍTICAS SURDAS: IDEOLOGIAS DE AFIRMAÇÃO E RESISTÊNCIA

As práticas de linguagem podem ser observadas politicamente como peças determinantes de um complexo jogo onde o que está em disputa é o status de verdade, que, por sua vez, influi nas possibilidades de mobilidades dos sujeitos nas esferas objetivas e subjetivas

² Abordagem em psicomotricidade que compreende os modos de funcionamento do organismo como produto da relação entre a formação fisiológica individual e dos hábitos comportamentais desenvolvidos pelo corpo como linguagem de movimento.

no exercício autodeterminante de suas próprias vidas. Quando nos referimos aos modos de descrição das tensões vividas entre os coletivos surdos sinalizantes e a sociedade majoritariamente ouvinte e falante de línguas orais, um traço distintivo é tomado como crucial para o posicionamento das peças nesse tabuleiro argumentativo: a separação entre eles e nós – o dentro e o fora como indicamos no início desse texto. As alteridades aqui, por estarem sendo vistas pelos olhos da identidade, funcionam como fronteira. Um movimento operado por ambas as partes e que institui, cada um ao seu modo, o posicionamento das peças em lados opostos do tabuleiro. É essa malha hierárquica que se predispõe sobre o desejo e os pensamentos moldando-os. São formas de conceber o eu em contraste com o ideal de um outro. A cisão entre eles e nós como algo natural atribuí – para todos – os valores e as possibilidade de mobilidade das subjetividades como peças a serem postas em ordem no tabuleiro social.

Os lados opostos de um jogo inventado, onde os surdos enxergam os ouvintes como sujeitos privilegiados, não por causa da audição, mas devido a um sistema de mobilidade social moldado “à imagem e semelhança” de seus corpos. Nesse jogo, os ouvintes são vistos como ignorantes em relação às potencialidades dos saberes surdos, pois deslegitimam esses saberes ao tentar conformá-los aos modos da maioria, à normalidade e ao que tem sido historicamente consolidado como comum. No mesmo tabuleiro, os ouvintes veem os surdos como globalmente deficientes, sem perceber que a surdez, enquanto construção social, cria mais barreiras para os surdos do que a própria ausência da capacidade de ouvir.

Essa distinção identitária ganha status ontológico conforme avança em complexidades argumentativas científicas e não-científicas. Seja na elaboração distintiva que se constrói na afirmação do ser surdo como uma diferença linguístico-cultural (Ladd, 2003), ou na separação ente surdos e não surdos pela régua da normalidade (tal como operam os estigmas sobre as deficiências). Em todos os casos, os modos de comunicação surdos (como língua, linguagem e pensamento) são tomados como principal diferença – a ser afirmada ou negada como condição afirmativa do ser.

Dado esse cenário, inúmeras estratégias de investigação científica empreendidas por pesquisadores surdos optam por descrever a complexidade desses processos de disputa de narrativas – principalmente na história da institucionalização educacional de surdos. As produções científicas *sobre e dos próprios* surdos – que se identificam e se assumem afirmativamente como pessoas surdas – são cada vez mais estudadas em uma perspectiva multissituada, na qual os movimentos de *entextualização*, *descontextualização* e *recontextualização* assumem significativo protagonismo nesses processos. Sejam pesquisas situadas no âmbito da linguística formal, cognitivista ou aplicada, esses estudos se apresentam como um corpus significativo de produção de conhecimento que toma o fluxo de movimentos entre textos e discursos.

No contexto dos Estudos Surdos, os participantes surdos são posicionados como criadores de sentidos para suas próprias histórias de vida, compreendidas como forma de resistência à ordem do discurso enraizada no cenário majoritariamente capacitista. Para além dos procedimentos técnicos e metodológicos, a produção em Estudos Surdos demonstra ser um campo profícuo de observação dos comportamentos da linguagem. São, quando criticamente situadas, um exemplo de pesquisa que contribui para destacar contextos de rejeição e aceitação, individual e institucional, de modos de viver a vida divergentes das práticas legitimadas discursivamente como corretas, saudáveis e, por isso, mais verdadeiras.

É a *vontade de verdade institucional* que está em jogo nas disputas discursivas. São ideologias sobre a competência erigidas sobre uma única imagem de normalidade dos corpos, em embate discursivo, que tomam a linguagem como matéria-prima para se expressarem enquanto concretude dos desejos em disputa. Nesses processos, alguns comportamentos recorrentes em comunidades surdas sinalizantes serão tomados como modos mais verdadeiros de ser e interagir como pessoa surda.

Enquanto comunidade de fala, os coletivos surdos sinalizantes compartilham o valor de que todos – ou o máximo possível – se comuniquem em língua de sinais. Isso significa evitar a mediação por intérpretes tanto em situações entre línguas de sinais e orais quanto entre diferentes línguas de sinais. O ato de “falar direto” entre surdos se inscreve como um compromisso moral, conforme descrito por Green (2014). Espera-se que, com uma “consciência surda”, essa vontade de se comunicar diretamente influencie a disposição para tolerar uma menor compreensão do que poderia ser alcançado.

Em outras configurações, além disso, nossas expectativas e tolerância teriam sido diferentes. Por exemplo, Friedner (2016) descreve como o valor da compreensão é em primeiro plano e ativo por um professor surdo de língua de sinais que trabalha com alunos surdos que antes eram ensinados por ouvintes que não conheciam a língua de sinais. De fato, neste contexto e em outros, não revelar a outro sinalizante surdo quando não se entende pode ser violar um tabu cultural; ou seja, se você não entende e não diz ao outro sinalizante, você está violando uma norma cultural que valoriza a compreensão (Kusters *et al.*, 2020, p. 15, tradução e grifos nossos).

A experiência de não ter o privilégio de entender regularmente as pessoas desde a infância é compartilhada entre diferentes surdos, inclusive aqueles que não são falantes de línguas de sinais. É como se sempre tivessem que aprender a estar bem com a compreensão parcial. Segundo Kusters *et al.* (2020), isso não significa que as pessoas surdas sejam acomodadas ou que não valorizem profundamente espaços onde a compreensão seja confortável – pelo contrário. Destacam que a não compreensão ou compreensão parcial é muito mais um "fato social" para a maioria das pessoas surdas.

Nesse contexto, um dos efeitos da privação linguística é a baixa autonomia para o desenvolvimento da compreensão e o exercício da mobilidade comunicacional das pessoas surdas – seja como direito previsto e garantido ou como pauta a ser pleiteada. A falta de compreensão regular afeta diretamente a capacidade de interação e comunicação eficazes, evidenciando a importância de promover o desenvolvimento dessas habilidades.

Portanto, é crucial reconhecer os desafios enfrentados pelas pessoas surdas em relação à compreensão linguística. A promoção de ambientes onde a comunicação seja compreensível é fundamental para o desenvolvimento da autonomia e da mobilidade comunicacional das pessoas surdas, assegurando que possam participar de maneira mais eficaz de diversas situações.

Nesse sentido, a própria compreensão se torna um tabu, pois, ao serem os surdos condicionados a um jogo de competência baseado na compreensão, esse entendimento se torna um dilema em vários contextos. Para as pessoas ouvintes, ouvir está diretamente associado a compreender, o que pode levar à suposição de que os surdos têm dificuldade de compreensão. No entanto, o que ocorre é que esses sujeitos estão muito mais condicionados pela baixa exposição à complexidade dos discursos experienciados de forma interativa e multicontextual.

Outra tensão identificada na relação entre pessoas surdas e ouvintes são as práticas de linguagem em que os sinalizantes surdos realizam "acomodações qualificadas"; ou seja, ajustam suas línguas de sinais aos modos de comportamento e uso das línguas orais. Mas, como questionam Kusters *et al.* (2020, p. 16), “[...] será que essa sensação de facilidade levará o ouvinte a se sentir mais motivado para aumentar sua fluência, ou ele assumirá que é muito mais competente do que realmente é?”. Esses ouvintes são ou serão os profissionais (intérpretes, tradutores e/ou docentes) que atuarão sistematicamente em contextos socioeducacionais dedicados às pessoas surdas? Esses profissionais estarão pressionados pelo ideal de que tudo precisa ser sempre bem entendido e didaticamente explanado? E as pessoas surdas, estarão sistemática e institucionalmente expostas a discursos simplificados e superficiais?

De fato, como destacam os autores, a compreensão, a não compreensão, a compreensão parcial e a má compreensão são inerentes às práticas de linguagem. Além disso, quando as pessoas não se entendem, muitas vezes tentam entender o porquê, o que, por sua vez, impacta as ideologias linguísticas (Kusters *et al.*, 2020).

3 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS “EXTERNAS” ÀS COMUNIDADES SURDAS

Podemos ter a impressão de que esse é um assunto inaugural para os estudos linguísticos das línguas de sinais, mas não. Mesmo que alguns estudos não levem o rótulo de ideologias linguísticas, diversas pesquisas sobre as línguas de sinais se ocuparam em desfazer crenças a respeito dessas línguas e seus principais falantes: as pessoas surdas. Quadros e Karnopp (2004) apontam que “[...] pesquisas realizadas em diversos países procuram descrever, analisar e demonstrar o status linguístico das línguas de sinais, desmistificando concepções inadequadas em relação a esta modalidade de língua” (p. 31). As autoras nomeiam essas concepções inadequadas como mitos, dentre os quais destacam (Quadros; Karnopp, 2004, p. 31-37):

Mito 1: A língua de sinais seria uma mistura de pantomima e gesticulação concreta, incapaz de expressar conceitos abstratos. [...]

Mito 2: Haveria uma única e universal língua de sinais usada por todas as pessoas surdas. [...]

Mito 3: Haveria uma falha na organização gramatical da língua de sinais, que seria derivada das línguas de sinais, sendo um pidgin sem estrutura própria, subordinado e inferior às línguas orais. [...]

Mito 4: A língua de sinais seria um sistema de comunicação superficial, com conteúdo restrito, sendo estética, expressiva e linguisticamente inferior ao sistema de comunicação oral. [...]

Mito 5: As línguas de sinais derivariam da comunicação gestual espontânea dos ouvintes. [...]

Mito 6: As línguas de sinais, por serem organizadas espacialmente, estariam representadas no hemisfério direito do cérebro, uma vez que esse hemisfério é responsável pelo processamento de informação espacial, enquanto o esquerdo, pela linguagem. [...]

As concepções de linguagem destacadas pelas autoras se debruçam propriamente na complexidade equivocada que se pode fazer das línguas de sinais com base nas concepções que temos da gestualidade. Historicamente o gesto é apenas considerado um artifício acessório à oralidade vocal e deslegitimado como matéria físico-articulatória pela qual seria possível a produção natural de um sistema linguístico complexo.

Na linguística da língua de sinais, isso pode ser identificado na sobreposição histórica das estruturas de línguas orais como metalinguagem na produção de pesquisa e teoria sobre línguas de sinais (Kusters; Sahasrabudhe, 2018; Kusters *et al.*, 2020; Leite *et al.* 2022), assim como no desvio e na recusa de estudar os gestos em sua materialidade e sua potência linguística em lógicas de uso não ancoradas nas matrizes epistemológicas das línguas orais.

Esse contexto histórico e ideológico pode ser exemplificado pela evolução das percepções sobre gestos e sinais ao longo do tempo.

No final do século XIX, a indistinção entre gesto e signo [linguístico], bem como sua marginalização como “não linguagem”, era um princípio central da linguística estrutural, em parte porque se concentrava na palavra falada em sua forma escrita (transcritível). A partir do final da década de 1950, a pesquisa em linguística da língua de sinais tendeu a uma resolução ideológica de separar gesto e sinalização, e mostrar que as línguas de sinais têm características como partes do discurso [...] (Kusters *et al.*, 2020, p. 6, tradução nossa).

Na complexidade desses contextos,

Pesquisadores de língua de sinais muitas vezes parecem encobrir as diferenças entre línguas de sinais e orais e se esforçam para demonstrar a complexidade nas línguas de sinais como uma forma de mostrar que elas são línguas verdadeiras [...]. Essa preocupação com o status das línguas de sinais como “reais” [...] está aparentemente enraizada em ideologias sobre a superioridade da modalidade falada (Kusters *et al.*, 2020, p. 6, tradução nossa).

Encontramos em Gesser (2009) uma lista de perguntas que aludem a concepções desinformadas considerando três categorias: a língua de sinais, o surdo e a surdez. Dedicada a responder à pergunta que a intitula, *Libras, que língua é essa?*, são abordadas questões ideológicas associadas às línguas de sinais, que advêm de concepções sobre as línguas gestuais, as pessoas surdas e a surdez. Ao responder sobre a língua, a obra considera como outras categorias sóciohistoricamente construídas influenciam as práticas de linguagem em comunidades surdas sinalizantes.

Assim é demonstrado como as práticas de linguagem são atravessadas por concepções ideológicas que impactam a forma como a língua de sinais é percebida e utilizada. A obra examina a maneira como essas concepções são construídas e perpetuadas, reforçando a importância de entender a língua de sinais no contexto mais amplo das experiências e identidades das pessoas surdas. Desse modo, as práticas de linguagem são ratificadas como o cerne dos argumentos mais atuais sobre a diferença surda, enfatizando a necessidade de reconhecer as influências sócio-históricas que moldam as interações linguísticas dentro e no entorno das comunidades surdas sinalizantes.

Não apenas as concepções sobre o gesto (na luta por ser reconhecida como modalidade de língua) são problematizadas no que reconhecemos como os primeiros indicativos de ideologias linguísticas “depreciativas” às línguas de sinais. Também podemos observar a demanda de se descrever as pessoas surdas em uma perspectiva linguístico-cultural em oposição aos ideais capacitistas circulantes em níveis estruturais muito arraigados em nossas sociedades.

Um dos registros mais antigos de políticas linguístico-educacionais para pessoas surdas em larga escala data de 1880, nas Atas do Congresso de Milão. Essa conferência internacional, com representantes de diversas instituições educacionais para surdos de todo o mundo, registrou como paradigma e conclusão “a incontestável superioridade da linguagem oral sobre a de sinais na reintegração do surdo-mudo à sociedade, permitindo a mais perfeita aquisição de conhecimento” (INES, 2011 [1880], p. 4).

Desde antes, mas podemos afirmar que com mais forças após essa deliberação, muito da produção científica afirmativa sobre as línguas de sinais e as pessoas surdas, que reconhecemos como Estudos Surdos, tem empreendido grande esforço para desfazer essa crença e suas derivações. Mais do que equivocados, são ideais preconceituosos que não emergem na mera impressão do “normal” sobre o “anormal”, mas que institucionalizam uma concepção depreciativa sobre os coletivos surdos do mundo os negando como complexas comunidades de fala produtoras de práticas de linguagem específicas.

4 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS “INTERNAS” ÀS COMUNIDADES SURDAS E SUA REVISÃO CRÍTICA

Quando falamos de grupos comunidades de fala minorizadas pode parecer que as ideologias serão apenas externas e operarão na manutenção da opressão desses grupos. Contudo, o interior das comunidades de fala é também um território riquíssimo de observação das ideologias linguísticas, pois, seja na manutenção de ideais não refletidos sobre os valores que orientam os grupos considerados superiores, seja por posturas generalistas em relação à singularidade dos indivíduos que formam essas comunidades, serão diversas – e por vezes paradoxais – as redes de conceituação erigidas sobre as práticas de linguagem.

No percurso que trataremos em nossos argumentos, passaremos pelos seguintes tópicos: a) a questão da multimodalidade e gestualidade verbal; b) a instituição das línguas de sinais nacionais e o apagamento de variedades; c) os dispositivos e ímpetos de policiamentos, padronizações e purismos; d) o enquadramento das experiências surdas sinalizadas; e) a instituição da educação bilíngue como forma de manutenção das ideologias de línguas de sinais.

4.1 MULTIMODALIDADE E GESTUALIDADE VERBAL

A compreensão da gestualidade como meio de comunicação não-verbal impactou significativamente a busca por legitimidade para as línguas de sinais. Muitos argumentos optaram por distinguir hierarquicamente sinal e gesto (cf.: Kusters, 2015; 2017; Kusters; Sahasrabudhe, 2018). Sendo as línguas de sinais de modalidade visuoespacial, é importante reconhecer que a percepção, a produção e a forma de registro dessas línguas são diferentes daquelas da modalidade oral-auditiva. Contudo, sejam falantes de línguas orais ou de sinais, os indivíduos frequentemente utilizam estratégias multilíngues e multimodais (Kusters *et al.*, 2020). A complexidade das dinâmicas que envolvem essas práticas de linguagem inclui estratégias em expressões de oralidade (sinalizada ou vocal), bem como em registros (vídeo ou ortográficos). Em ambos os contextos, diversos recursos de linguagem, além dos idiomas, são mobilizados para estabelecer canais de comunicação.

Assim, ideologias que envolvem as línguas de sinais e as línguas orais se entrecruzam, levando à observação crítica sobre como essas ideologias são parte integrante da forma como as pessoas pensam e experimentam a comunicação multilíngue e multimodal no cotidiano. Práticas de linguagem manifestam-se na negociação entre repertórios multimodais e, muitas vezes, multilíngues, conceituadas como *translinguagem* (Kusters *et al.*, 2020). Um estudo sobre as ideologias cotidianas dos surdos em Mumbai mostrou um colapso analítico entre gesto e sinal, ou uma distinção entre eles, dependendo do contexto. Nesse estudo, em comparação com as ideologias acadêmicas sobre a diferença entre gesto e sinal, que são mais focadas na forma, os surdos estavam mais focados no status auditivo e em outros fatores contextuais ao decidir se algo era considerado gesto ou sinal (Kusters; Sahasrabudhe, 2018).

As qualidades específicas das vivências de práticas de linguagem ideologicamente orientadas em comunidades surdas ainda necessitam de um longo percurso de investigações críticas. É importante considerar as ideologias de generalidade e purismo que

circulam as línguas orais, assim como os modos acrílicos de descrever as línguas de sinais, sem questionar o status desses ideais normativos.

Desse modo, vale ratificar que as

[...] questões de como categorizar diversas práticas comunicativas sinalizadas são ainda mais complicadas por considerações sobre a complexidade das experiências vividas pelos sinalizantes. Em todo o mundo, muitos surdos se comunicam em algo diferente do que tem sido considerado como uma linguagem de sinais convencionais, completa ou padrão. Por um lado, é fundamental reconhecer a riqueza, criatividade e possibilidades dos repertórios linguísticos e comunicativos surdos esses. Por outro lado, é importante não ignorar as lutas cotidianas dos surdos que não usam uma linguagem de sinais padrão ou amplamente compartilhada (Kusters *et al.*, 2020, p. 13).

Essas constatações somam-se ao debate das ideologias linguísticas, especialmente à questão da "translinguagem" como uma prática simultânea, embora controversa, nos discursos de resistência às assimetrias entre as línguas em contato. Considerando outro contexto em que um território de línguas em contato foi moldado por processos de hierarquização, lembramos que, como indicam Bonnin e Unamuno (2021), pode ser teoricamente inútil observar e descrever as dinâmicas de práticas e crenças de linguagem entre falantes indígenas em ações políticas de revitalização de suas culturas na América Latina.

Os autores destacam que certas distinções entre as línguas espanhola e indígenas são cruciais para as lutas sociopolíticas dessas minorias, inscrevendo-se em oposição e resistência à hegemonia cultural, política e social construída em torno do espanhol. Nesses contextos, é possível observar os usuários das línguas em embate transitando entre diversos usos dessas línguas, algumas vezes de maneiras que podem parecer contraditórias aos seus discursos.

A sombra de um revanchismo que responde às mesmas lógicas hegemônicas das primeiras denominações da era moderna não orienta os levantes dos coletivos minoritários contemporâneos. As posturas tendem a se constituir como uma contra-ideologia, pois se inscrevem em oposição aos ideais vigentes.

Trata-se de uma ideologia de resistência sustentada mais como uma crítica disruptiva e afirmação do potencial de mobilidade linguística – ou seja, como uma política – do que como uma proibição total de certas práticas de linguagem. Como glotopolítica, de acordo com Bonnin e Unamuno (2021), a emergência de um multilinguismo situado, crítico e contextual desafia o discurso dos linguistas sobre os fenômenos da translinguagem.

4.2 LÍNGUA DE SINAIS NACIONAIS E APAGAMENTO DE VARIEDADES

Ao usarmos os nomes dados a essa ou aquelas línguas de sinais estamos nos filiando a uma prática ideologicamente orientada sobre essas línguas. A sombra das línguas nacionais é um dos elementos que ainda influem sobre os processos de sistematização das práticas acadêmicas e políticas envolvendo línguas de sinais por todo o mundo. Seja para visibilizar um objeto de estudo, seja para se instituir o alvo de uma determinada política, nomear a língua de sinais de um país se inscreve como um ato ideológico.

No âmbito da América Latina, Couto (2023) apresenta a questão da legalização das línguas de sinais, explorando como os discursos nos textos legislativos são idealizados e estruturados. O pesquisador surdo brasileiro destaca que, em dez países, os documentos legislativos mostram diversas formas de estruturação textual e ideologias subjacentes. A heterogeneidade das legislações, que variam entre leis específicas e inclusões em constituições federais, reflete os sistemas culturais e as mobilizações das comunidades surdas e seus representantes políticos. Apesar de serem frutos dos movimentos sociais surdos, essas legislações ainda apresentam significativos vieses de tendências clínicas. Couto (2023) afirma que "[...] todas as legislações analisadas são formuladas a partir de ideologias, com significativo e predominante viés ideológico, principalmente no aspecto clínico" (p. 167). Sua análise enfatiza que essas legislações utilizam terminologias e construções textuais que influenciam diretamente a percepção social e prática sobre as comunidades surdas, destacando a necessidade de constante revisão para alinhar as políticas às novas compreensões e pretensões dos diferentes coletivos surdos de cada país.

Murray (2017), pesquisador e ativista surdo norte-americano, complementa essa análise ao afirmar que os processos de nomeação de línguas de sinais nacionais são resultados de trajetórias intelectuais e políticas. A documentação e nomeação em instrumentos legais são significativas para a visibilidade e inscrição dessas línguas em sistemas que consideram línguas minoritárias. Esses processos podem ser iniciados por pesquisadores ou entidades oficiais, como associações de surdos ou ONGs (Moriarty, 2020). A nomeação de línguas de sinais tem implicações importantes para a forma como são percebidas e utilizadas, destacando a necessidade de reconhecimento oficial para assegurar os direitos das comunidades surdas.

Assim, enquanto Couto (2023) enfatiza a necessidade de revisar constantemente as legislações para alinhá-las às novas compreensões das comunidades surdas, Murray (2017) ressalta a importância da nomeação e documentação das línguas de sinais para sua visibilidade e reconhecimento oficial. Ambos os autores destacam a influência das ideologias subjacentes nas legislações e a importância de uma abordagem crítica para promover políticas inclusivas e eficazes para as comunidades surdas.

Sobre o processo de escolha e batismo das línguas de sinais parece haver um padrão, pois

Em vez de usar termos ou sinais de autoria local para nomear as línguas de sinais, os pesquisadores frequentemente nomeiam as línguas conectando-as locais, como nos exemplos da Língua Britânica de Sinais, ou BSL (a língua nacional de sinais do Reino Unido), Adamorobe Sign Language (uma língua de sinais da aldeia em Gana) e a Língua de Sinais de Bamako (uma língua de sinais urbanos no Mali). Os pesquisadores também usam padrões diferentes para agrupar variedades como linguagem (Kusters *et al.*, 2020, p. 10).

Dentre as implicações de se nomear as línguas de sinais de um país está propriamente o apagamento das variedades de idiomas sinalizados que se possam falar em um território nacional. No caso, por exemplo, da Indonésia, se cada variedade regional e urbana recebe um nome diferente, isso significariam mais de 500 línguas de sinais no país (Palfreyman, 2018). Contudo, **“Quando a associação nacional de surdos da Indonésia deu as práticas de língua de sinais em indonésio o nome de Bahasa Isyarat Indonésia ou BISINDO, eles optaram por aderir ao que é visto como movimentos politicamente estratégicos para obter o reconhecimento oficial de uma língua de sinais único e unificada e, assim, mais apoio e serviços para pessoas surdas”** (Palfreyman, 2018, p. 105).

No Brasil, nossos primeiros registros são da Língua de Sinais dos Centros Urbanos e a Língua de Sinais Urubu-Kaapor (Ferreira Brito, 1995). Com o passar dos anos, duas siglas concorreram ao status de nomeação da Língua de Sinais nacional, Libras – para Língua Brasileira de Sinais – e LSB – para Língua de Sinais Brasileira. Tendo o termo Libras sido usado na redação dos dispositivos legais nacionais (vide a Lei de Libras, seu decreto de regulamentação e as normativas que deles se desdobraram), esse termo ficou como oficial. No entanto, somente na última década foi possível interiorizar as investigações em coletivos surdos sinalizantes não institucionalizados que se apresentam como comunidades com língua de sinais compartilhada.

LÍNGUA DE SINAIS	COMUNIDADE	LOCALIDADE
Língua de sinais Urubu-Kaapor	Urubu-Kaapor	Maranhão
Língua de sinais Sateré-Waré	Sateré-Waré	Parintins (AM)
Língua de sinais Kaingang	Kaingang	Xanxerê (SC)
Língua de sinais Terena	Terena	Mato Grosso do Sul
Língua de sinais Guarani-Kaiowá	Guarani-Kaiowá	Mato Grosso do Sul
Língua de sinais Pataxó	Pataxó	Aldeia Coroa Vermelha (BA)
Cena	Várzea Queimada	Jaicós (PI)

Acenos	Cruzeiro do Sul	Acre
Língua de sinais de Fortalezinha	Fortalezinha	Pará
Língua de sinais da Ilha de Marajó	Ilha de Marajó	Ilha de Soure (PA)
Língua de sinais de Porto de Galinhas	Porto de Galinhas	Pernambuco
Língua de sinais de Caiçara	Sítio Caiçara	Várzea Alegre (CE)

Quadro 1: Línguas de sinais identificadas no Brasil

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Damasceno (2017) e Stumpf e Linhares (2022)

Por ora, para além da questão das nomenclaturas em si, na situação brasileira, apenas a Libras é nacionalmente reconhecida, sendo as outras línguas de sinais registradas estritamente como objetos de pesquisa. A reivindicação ideológica por uma língua de sinais unificada para cada nação, em si, já expõe que houve escolhas. Movimentos que privilegiam certas variações em detrimento de outras e, que por sua vez, escoam em questões de direitos humanos, pois lançam os contornos pelo qual o Estado será responsabilizado a oferecer serviço público aos cidadãos que falam essas línguas.

Nomear as línguas de sinais envolve organizá-las em categorias precisas com base em suas características. Esse processo territorializa e fixa as línguas de sinais um lugar e em um grupo de pessoas. Como observamos nos últimos vinte anos no Brasil, isso pode ser empoderador. No entanto, também se torna problemático quando observamos o movimento de mobilidade e múltipla influência de línguas de sinais em situações de fronteira – como no caso da ASL (Estados Unidos) que também é falada em regiões do Canadá e em outros países, como os países latinos que fazem fronteira com Brasil e cujos estudantes surdos se matriculam em escolas bilíngues brasileiras onde se usa Libras.

Não se trata apenas da influência entre línguas em contato de fronteira. Também devemos considerar o status associado aos usuários, por exemplo, de ASL e/ou Libras no que se inscrevem as relações entre os países que oficializaram essas línguas de sinais e os valores associados a eles. Nyst (2010 *apud* Kusters, 2014, p. 153) menciona que “[...] os sinalizantes na África Ocidental tendem a perceber as línguas de sinais baseadas em ASL como superiores a essas línguas de sinais e gestos locais. O uso de línguas de sinais locais não só tinha um status baixo e estava associado à gestualidade e analfabetismo, mas também à residência em aldeias”.

A pesquisadora surda Kusters (2014) nos relata que, em sua investigação em etnografia linguística em Adamorobe, uma aldeia a aproximadamente 30 km de Accra, capital de Gana, observou-se que geralmente os surdos da capital

[...] reagem com horror e incompreensão quando eu explicava que morava em Adamorobe (“Você fica em uma ALDEIA?”), e vi um professor surdo em uma pequena escola primária para surdos contar a seus alunos que eu fiquei em uma “aldeia analfabeta onde eles usam sinais de analfabetos em vez de bons sinais”. Portanto, os surdos de Acra não ficaram necessariamente impressionados quando eu lhes disse que muitos ouvintes em Adamorobe sabem sinalizar: aos seus olhos, esses não eram sinais “bons” ou “reais”, não uma língua “real” como o sinal ganense. Língua, e certamente não do mesmo status. (Kusters, 2014, p. 153).

As glotopolíticas associadas às línguas de sinais não estão isoladas ou desvinculadas das ideologias que sustentam e mantêm seus valores nas práticas linguísticas dos coletivos surdos sinalizantes. Pelo contrário, esses valores se atualizam nos territórios discursivos dedicados às línguas e culturas dos surdos, manifestando-se de forma especialmente marcante nesses contextos.

4.3 POLICIAMENTOS, PADRONIZAÇÕES E PURISMOS

Diversos movimentos de “policiamento” das línguas de sinais podem ser observados, especialmente em relação à lexicografia e terminografia dessas línguas. Esses processos revelam múltiplos níveis de complexidade. Tanto em contextos acadêmicos

institucionalizados quanto na relação entre usuários mais ou menos legitimados, é possível identificar um certo "ímpeto" de controle sobre as línguas de sinais.

No caso institucional, podemos citar a significativa emergência de glossários especializados em formato bilíngue (LP/Libras) na última década (Santos, 2017). O não se restringe ao Brasil, mas que segundo Kurz, Reis, Henner e Spiecker (2022) pode ser identificado também na ASL. No estudo de caso desenvolvido por esses pesquisadores, foi identificado um processo de várias etapas de cunhagem de sinais que itera entre desenvolvimento, avaliação, manutenção e compartilhamento de termos acadêmicos em ASL.

Os critérios de criação e "validação" adotados por este e outros grupos institucionalizados parecem ser guiados por ideologias linguísticas, tanto gerais quanto específicas às línguas de sinais. Além disso, demonstram uma preocupação em posicionar as línguas de sinais como línguas acadêmicas em contextos onde prevalece a ideia de que o conhecimento produzido em línguas orais (faladas ou escritas) é superior. Esse jogo de equivalências corre o risco de reforçar a percepção de que os discursos acadêmicos em línguas orais são mais legítimos. Tal processo se aproxima da noção de que palavras, como terminologia ou jargão técnico, precisam ser acessadas para se obter "conhecimento verdadeiro", o que pode reforçar a visão das línguas de sinais como simples códigos ou ferramentas de acessibilidade à língua oral, e não como línguas plenas em si mesmas.

No âmbito cotidiano, debates presenciais e virtuais mostram o investimento emocional de muitos usuários surdos de línguas de sinais (principalmente urbanas) em manter o que consideram os limites e bons usos de sua língua de sinais, posicionadas como a "herança preciosa da comunidade surda" (Moore; Levitan, 1992, p. 85), assim como "o núcleo de uma cultura e identidade surda" (Benedict; Legg, 2014, p. 109). Não que não possam ser tomadas dessas maneiras. As línguas de sinais são, sem dúvidas, o lastro mais significativo de argumentação em militância dos coletivos surdos sinalizantes. O que está em jogo é se as imagens e concepções que baseiam esses argumentos são pautados em ideologias fundamentalistas que tomam a linguagem como uma expressão estável e padronizada de um modo de ser que será posicionado como mais verdadeiro que os outros.

São pontos sensíveis que mexem com outros conceitos analogicamente reposicionados para explicar fenômenos surdos, tais como: sinalizadores nativos, falantes de primeira língua, língua visual, níveis de proficiência (para exercício profissional de cargos como tradutor, intérprete e/ou docentes), entre outros. Um fluxo de ideias que corre em uma rede conceitual muito complexa chegando a conceitos ontológicos desenhados com base nessas categorias performativas da linguagem, tais como: alma surda, consciência surda, identidades surdas, Libras pura, *anti-deficiencialismo*, entre outras. Ademais, são atividades, sem dúvidas, repletas de ideologias.

4.4 ENQUADRAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS SURDAS SINALIZADAS

Os processos de legitimação das línguas de sinais – quando acrílicos – têm feito manutenção de ideologias linguísticas generalistas de fundamentos político-identitários rígidos. Podemos observar isso em duas demonstrações de performatividade discursiva sinalizada por pessoas surdas. O caso dos surdos considerados "sem língua" e dos surdos considerados "ouvintilizados", falantes de uma língua de sinais decalcada na língua oral – "português sinalizado" quando nos referimos a falantes de Libras.

Quando uma pessoa surda não usa uma língua oral ou de sinais nomeada (que podem ser línguas de sinais nacionais, regionais, urbanas ou locais), muitas vezes é dito que ela "não tem uma língua", mesmo quando se comunica (Moriarty; Harrelson, 2019). "De fato, uma implicação indireta de nomear as línguas de sinais é que as práticas comunicativas surdas às vezes parecem ser forçadas aos paradigmas linguísticos existentes." (Kusters *et al.*, 2020, p. 12).

Aceitar que pessoas surdas que não compartilham das línguas de sinais oficializadas (ou de alguma de suas variações) ainda assim se comunicam se tornaria um desafio enorme para linguistas dessas línguas, pois reconhecer o valor linguístico do gesto como signo independente das línguas orais não tem sido a escolha de maioria das pesquisas. A luta por determinar que as línguas de sinais são línguas "genuína" tem sido feita insistentemente com base em seu ajuste próximo às definições convencionais de línguas estabelecidas na pesquisa da língua oral (Kendon, 2008; Mcburney, 2012).

A ideia de que a linguagem e a não-linguagem pode ser nitidamente separadas, e que as formas de sinalização podem ser organizadas de acordo com um sistema de classificação é em si uma ideologia, baseada na ideia de que a(s) língua(s) tem limites bem delimitados ou nítidos. Esses debates, como formas de sinalização muitas vezes se abstraem dos contextos em que são usados [...]. Por exemplo, estudar o uso de gestos por usuários fluentes em Língua de Sinais Indiana ao comunicar com ouvintes não-sinalizantes [KUSTERS, 2017] interrompem a classificação do gesto como nitidamente separado de outras formas de linguagem e situa o uso da gestualidade diretamente nas práticas cotidianas de linguagem. (Kusters *et al.*, 2020, p. 12-13)

Nessa lógica, categorias como “sinais caseiros” e “línguas de sinais de aldeias” são consideradas situações comunicativas isoladas. Por vezes, práticas das quais seus usuários devem ser retirados em direção à sofisticação das línguas de sinais urbanas e institucionalizadas (quase sempre por processos de pareamento entre sinais e palavras). Foi, nos últimos anos, por meio da etnografia linguística que se pode alcançar outra compreensão dos contextos sociolinguísticos dessas práticas de sinalização. Estudos dessas práticas de nomeação e ideologias de sinalizantes surdos que vêm desafiando as próprias classificações até então estabelecidas (Le Guen; Safar; Coppola, 2019; Kusters *et al.*, 2020).

Outra forma de o entendimento impactar as ideologias da língua de sinais é em relação à desvalorização dos sinalizantes ou à crítica sinalização considerada “não pura”. Ou seja, estamos nos referindo aos

Sinalizantes que se prendem à gramática e/ou léxico de uma língua oral, especialmente, mas não apenas quando essa sinalização inclui sinais que representam propriedade gramaticais da língua oral [...]. Nesses contextos, muitas vezes, há um espectro de práticas sinalizantes, onde a sinalização que parece ser baseada em uma língua oral pode ser rechaçada ao mesmo que é considerada melhor por diversos interlocutores. Em alguns casos, a resistência a tais práticas é sobre uma desaprovação simbólica baseada nas influências carregadas de poder de uma língua dominante, tomando a forma de policiamento linguístico e purismo linguístico (Kusters *et al.*, 2020, p. 15).

Contudo, por mais que em determinados contextos esse tipo de sinalização seja rechaçada, em outros poderá ser tomado como mais pertinente. Por exemplo, em ambientes religiosos e/ou acadêmicos, a estética discursiva dos textos escritos irá ditar os comportamentos e gêneros mais adequados, já em espaços considerados informais, nos quais a maioria são sinalizantes não acadêmicos, esse tipo de fala pode ser considerado incompreensível e pomposa.

Em outras palavras, o que pode ser expresso como antipatia de uma espécie de sinalização usada por outros surdos por causa de suas origens percebidas na oralidade pode, em vez disso, ou também ser um profundo desconforto em ver (ou tocar) uma modalidade que é “acessível”, mas uma estrutura gramatical que não é. Quando as pessoas não se entendem, sugerimos, muitas vezes procuram uma razão para isso; e se essa razão pode ser capturada por algo como “esse tipo de sinalização parece mais inglês” pode ser mais o inglês e menos o não-entendimento que circula no discurso (Kusters *et al.*, 2020, p. 15).

Seja pela consideração de que esse ou aquele sujeito surdo “não tem língua”, ou pelo fato de que se veja seus modos de uso das línguas de sinais como “errado” e “não puro”, em ambos os casos, estamos falando de processos ideológicos ancorados na linguagem – ideologias linguísticas que se fundam nos modos de marcação dos valores atribuídos aos diferentes sujeitos que sinalizam.

4.5 EDUCAÇÃO BILÍNGUE E IDEOLOGIAS DE LÍNGUAS DE SINAIS

Quando nos referimos aos espaços formativos destinados à educação sistemática de pessoas surdas, todas as questões de ideologia linguística antes apontadas são recorrentes. No entanto, os espaços escolares são um território muito profícuo para observação e estudos desses fenômenos. Além das instituições escolares serem até hoje um dos principais dispositivos de formação de comunidades surdas sinalizantes, os modos como essas instituições irão planejar e executar suas normas comunicativas será determinante na formação das práticas de linguagem que serão adotadas pelos coletivos surdos de determinadas regiões – também para além do espaço e da temporalidade escolar.

Ideologias linguísticas já investigadas neste campo apresentam, por exemplo, a relevância de nos questionarmos sobre o imaginário que os estudantes, docentes e gestores têm a respeito das gramáticas de possibilidades de uso das línguas que formam o bilinguismo escolar dos surdos. Spooner (2020) identificou, em uma pesquisa com quinze estudantes surdos, que todos defendiam mais apreço pela ASL, pois a classificavam como uma língua “sem regras” e “totalmente flexível”, em comparação com o inglês, menos apreciado, por ter “regras demais” e ser “muito complicado”.

Hoffmann-Dilloway (2020) desenvolve uma investigação sobre como o uso do SignWriting (um sistema de escrita de línguas de sinais) afeta as ideologias dos estudantes alemães em relação aos fundamentos sensoriais e sociais da produção e percepção da linguagem. As dinâmicas de descoberta da possibilidade de registro e de circulação de conhecimentos por meio de um sistema ortográfico da língua de sinais dinamiza a percepção dos estudantes sobre o status da própria língua, como lhes lança mais fundamentos sobre os sistemas de escrita como um todo, uma prática que tende a influir positivamente na aquisição de escrita de línguas orais.

Outra pesquisa que se destaca ao tratar da especificidade dos modos de uso da linguagem em contextos específicos, mas que cooperam para nossa leitura das relações ideológicas construídas por meio da linguagem, é a proposta por Sousa (2021). A autora debate o ensino de Libras para crianças ouvintes como pesquisa etnográfica centrada na interação em sala de aula. Ao investigar sobre os modos como os usos da linguagem se estabeleciam no ensino de Libras para crianças ouvintes em uma sala de aula do 5º ano do ensino fundamental, a pesquisadora se propõe a produzir

[...] análises de episódios, bem como a sua contextualização em âmbitos sócio-históricos mais amplos, apontaram para três questões principais relativas ao uso da linguagem nas aulas investigadas: a) as tensões que cercam o uso do Português e de “gestos” nas aulas de Libras, considerando os diferentes repertórios linguísticos e ideologias trazidos pela professora surda e pelas crianças ouvintes; b) a familiaridade (ou falta de familiaridade) das crianças ouvintes em relação ao perfil comunicativo da professora surda; e c) a constante necessidade da atividade de interpretação nas aulas, incluindo atribuições que tradicionalmente não se enquadrariam no perfil profissional de um intérprete de línguas (Sousa, 2021, p. 10).

Nesse contexto, essa pesquisa acaba por oferecer um olhar situado para as ideologias linguísticas que emergem nos contextos de ensino de Libras para crianças ouvintes por uma professora surda, ocasião muito rica para a investigação de ideologias linguísticas que acabam por entrar em conflito na relação entre surdos sinalizantes e ouvintes estudantes de Libras.

Destacamos a negação da Língua Portuguesa e do caráter gestual das línguas de sinais como característica tardia de uma estratégia antes tomada de diferenciar essas línguas do mero ato de se comunicar não verbalmente por gestos. Ou seja, do desejo implícito no ensino de línguas de sinais de situar os estudantes ouvintes para além de suas referências sobre a gestualidade em função comunicativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo dos estudos linguísticos é complexo e matizado, exigindo uma compreensão profunda das nuances da linguagem e da comunicação. É crucial reconhecer que esses estudos, como qualquer empreendimento epistemológico, são práticas sociais ideologicamente orientadas. A ideologia desempenha um papel fundamental na forma como entendemos e analisamos a linguagem, sendo essencial estar ciente dos preconceitos ideológicos que podem influenciar nosso trabalho. Como profissionais da linguagem, devemos permanecer vigilantes acerca do impacto potencial da ideologia em nossas pesquisas e nos comprometermos com a condução de estudos imparciais e rigorosos.

As ideologias linguísticas têm sido um aspecto central, embora muitas vezes não explícito, na motivação das pesquisas sobre línguas de sinais. Afirmar, revisar e resistir a essas ideologias tem sido a força motriz dos estudos por décadas, especialmente no

enfrentamento da ideologia de superioridade das línguas orais. No entanto, é necessário questionar essa luta para que os Estudos Surdos não sejam sempre uma resposta às línguas orais, mas, sim, uma prática crítica autônoma.

A experiência humana com a linguagem vai além da precisão de qualquer metalinguagem feita para analisar os diferentes níveis linguísticos. A linguagem é um fenômeno multidimensional, cujo estudo envolve mais do que práticas formalistas ou abordagens mentalistas podem descrever. A complexidade dessa leitura exige a revisão das arquiteturas teórico-metodológicas na Linguística das Línguas de Sinais, alertando-nos sobre as orientações ideológicas inerentes às práticas humanas.

Rever criticamente a vasta produção em Estudos Surdos significa repensar os modos de estudar as línguas de sinais e orais de forma contrastiva, considerando o gesto como matéria do signo linguístico e buscando condições teórico-metodológicas que localizem criticamente a experiência de ser surdo. Os marcadores de ideologias linguísticas internas e externas às comunidades surdas são insuficientes para situar plenamente os valores e impactos dessas ideologias na afirmação social das vidas surdas. Algumas ideologias linguísticas provenientes das comunidades surdas não são necessariamente afirmativas para todos os surdos e podem perder funcionalidade ao longo do tempo, exigindo revisões constantes pelos próprios teóricos surdos.

A investigação conclui que as línguas de sinais, como línguas naturais, estão submetidas às condições valorativas das práticas sociais em que são usadas. As ideologias não podem ser simplesmente categorizadas como boas ou más, mas devem ser compreendidas como contextualmente emergentes e atualizadas. O estudo nos fornece ferramentas teórico-conceituais para uma prática menos maniqueísta e mais crítica nos Estudos Surdos, articulada com a atualidade das comunidades surdas.

Essa ampliação da compreensão da linguagem vai além da língua-código e das identidades fixas, exigindo uma ciência dos saberes surdos ética e comprometida com a dignidade das pessoas surdas como parte das agendas de direitos humanos. Afinal, aquilo que nossos olhos não veem, não necessariamente isenta nossos corações de sentirem – especialmente quando se trata de forças ideológicas que permeiam a complexidade das redes de linguagens que compõem nossas vidas.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999. BENEDETTI, B. S.; LEGG, J. *Communication Considerations A-Z: Deaf Culture & Community*. Boulder: Hands & Voices, 2014.
- BERNSTEIN, B. *Class, codes and control: theoretical studies towards Sociology of Language*. London: Routledge & Kegan Paul, 1971.
- BLOMMAERT, J. Language ideology. In: BROWN, K. (org.). *Encyclopedia of language & linguistics*. 2nd ed., Vol. 6. Oxford: Elsevier, 2006. p. 510-522.
- BONNIN, Juan Eduardo; UNAMUNO, Virginia. Debating translanguaging. *Language, Culture and Society*, v. 2, n. 3, p. 231-254, 2021.
- BRIGGS, C. L. Linguistic ideologies and the naturalization of power in Warao discourse. *Pragmatics*, v. 2, n. 3, p. 387-404, 1992.
- COUTO, G. F. *Política linguística e ideologias: uma análise dos discursos das legislações federais que regem as línguas de sinais nacionais da América do Sul*. 2023. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2023.
- DELEUZE, G. La Littérature et la Vie. In : DELEUZE, G. *Critique et Clinique*. Minuit : Paris, 1993. p. 11-17.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

- FERREIRA BRITO, L. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1966].
- GESSER, A. *LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GREEN, E. M. *The Nature of Signs: Nepal's Deaf Society, Everyday Sign and the Production of Communicative Sociality*. Dissertation (PhD) – University of California, Berkeley, 2014.
- HOFFMANN-DILLOWAY, Erika. Feeling what we write, writing what we feel: Written sign language literacy and intersomaticity in a German classroom. In: MCKEE, Rachel Locker; NAPOLI, Donna Jo; SENSE, Jonathan P. (Org.). *Sign language ideologies in practice*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton and Ishara Press, 2020. p. 201-222.
- INES. *Atas Congresso de Milão – 1880*. Série Histórica – Vol. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2011.
- IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (Ed.). *Regimes of language: Ideologies, politics, and identities*. Santa Fe: School of American Research Press, 2000. p. 35-83.
- KENDON, A. Some reflections on the relationship between “gesture” and “sign.” *Gesture*, v. 8, n. 3, p. 348-366, 2008.
- KURZ, C.; REIS, J.; SPIECKER, B. Ideologies and attitudes toward American Sign Language: Processes of academic language and academic vocabulary coinage. In: MCKEE, Rachel Locker; NAPOLI, Donna Jo; SENSE, Jonathan P. (org.). *Sign language ideologies in practice*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton and Ishara Press, 2020. p. 287-308.
- KUSTERS A.; SAHASRABUDHE, S. Language ideologies on the difference between gesture and sign. *Language & Communication*, v. 60, p. 44-63, 2018.
- KUSTERS, A. Gesture-based customer interactions: deaf and hearing Mumbaikars' multimodal and metrolingual practices. *Int. J. Multiling*, v. 14, n. 3, p. 283-302, 2017a.
- KUSTERS, A. Language ideologies in the shared signing community of Adamorobe. *Language in Society*, n. 43, p. 139-158, 2014.
- KUSTERS, A. When transport becomes a destination: deaf spaces and networks on the Mumbai suburban trains. *Journal of cultural geography*, v. 34, n. 2, p. 170-193, 2017b.
- KUSTERS, A.; FRIEDNER, M. *It's a small world: International deaf spaces and encounters*. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 2015.
- KUSTERS, A.; GREEN, M.; MORIARTY, E.; SNODDON, K. Sign language ideologies: Practices and politics. In: MCKEE, R. L.; NAPOLI, D. J.; SENSE, J. P. (org.). *Sign language ideologies in practice*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton and Ishara Press, 2020. p. 3-22.
- LADD, P. *Understanding Deaf Culture: in search of Deafhood*. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.
- LE GUEN, O.; SAFAR, J.; COPPOLA, M. (org.). *Emerging sign languages of the Americas*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2019.

LEITE, T. de A.; AMPESSAN, J. P.; BOLDO, J.; TASCALOHN, J.; AZEVEDO, G. S. de O. Semântica lexical na Libras: libertando-se da tirania das glosas. *Revista da ABRALIN, [S. l.]*, v. 20, n. 2, p. 1-23, 2022. DOI: 10.25189/rabralin.v20i3.1833. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1833>. Acesso em: 10 out. 2022.

LYRA, P. *Literatura e ideologia ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Tempo universitário, 1993.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

McBURNEY, S. History of sign languages and sign language linguistics. In: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. (org.). *Sign language: An international handbook*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 909-948.

MELLO, A. A caridade de Michelle Bolsonaro e o surdonacionalismo pentecostal como projeto de governo. *Portal Catarinas*, 2019. Disponível em: <https://catarinas.info/a-caridade-de-michelle-bolsonaro-e-o-surdonacionalismo-pentecostal-como-projeto-de-governo/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MOITA LOPES, L. P. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 18-52.

MOORE, M.; LEVITAN, L. *For hearing people only: Answers to some of the most commonly asked questions about the Deaf community, its culture, and the “Deaf reality.”* Rochester, NY: Deaf Life Press, 1992.

MORIARTY, E. “Sign to me, not the children”: Ideologies of Language Contamination at a Deaf Tourist Site in Bali. *Language & Communication*, v. 74, p.195-203, 2020.

MORIARTY, E.; HARRELSON, E. Deaf people with “no language”: Mobility and flexible accumulation in languaging practices of deaf people in Cambodia. *Applied Linguistics Review*, Berlin/Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2019.

MOSÉ, V. *A espécie que sabe: do homo sapiens à crise da razão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

MOSÉ, V. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. São Paulo: Vozes Nobilis, 2018.

MURRAY, J. Academic and community interactions in the formation of Deaf Studies in the United States. In: KUSTERS, A.; DE MEULDER, M; O'BRIEN, D. (org.). *Innovations in Deaf Studies: The role of deaf scholars*. New York: Oxford University Press, 2017. p. 77-100.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

NIETZSCHE, F. *Fragments póstumos, primavera de 1888, 14 (119)*. In: *A vontade de poder*. Trad. de Marcos Sinésio Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NIETZSCHE, F. Verdade e mentira no sentido extramoral. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 05- 23, jul./dez. 2001b.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Trad. Paulo César de Souza. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1886].

NYST, V. Sign languages in West Africa. In: BRENTARI, D. (ed.). *Sign languages: a Cambridge language survey*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 405-432.

ORLANDI, E. (org.). *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.

PALFREYMAN, N. *Variation in Indonesian Sign Language*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2018.

PARK, J. S. English and Neoliberalism in South Korea. In: PARK, J. S. *Pursuit of English: Language and Subjectivity in Neoliberal South Korea*. Oxford University Press, 2021. p 33-57.

PARK, J. S. Introduction. In: PARK, J. S. *Pursuit of English: Language and Subjectivity in Neoliberal South Korea*. Oxford University Press, 2021. p 1-16.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

SANTOS, P. *A terminologia na língua de sinais brasileira: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilingue*. 2017. xix, 232 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, D. do N. Signos injuriosos: Saba Mahmood, os cartuns dinamarqueses e o debate sobre ideologias linguísticas. *Debates do NER*, v. 19, n. 36, p. 91-110, 2019.

SILVA, D. N.; SIGNORINI, I. Ideologies about English as the language of science in Brazil. *World Englishes*, v. 40, n. 3, p. 424-435, 2021.

SILVERSTEIN, M. Language Structure and Linguistic Ideology. In: CLYNE, P. et al. (org.). *The Elements: A Parasection on Linguistic Units and Levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.

SOUSA, D. *O ensino de Libras para crianças ouvintes: Uma pesquisa etnográfica centrada na interação em sala de aula*. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

SPOLSKY, B. *Language policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SPOONER, R. Permissive vs. prohibitive: Deaf and hard-of-hearing students' perceptions of ASL and English. In: MCKEE, R. L.; NAPOLI, D. J.; SENSE, J. P. (org.). *Sign language ideologies in practice*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton and Ishara Press, 2020. p. 167-184.

SPRADLEY, J. *The ethnographic interview*. Forth Worth: Hancourt Brace Jovanovich College, 1979.

STUMPF, M.; LINHARES, R. (org.). *Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilingue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior*. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1953.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Editora L&PM, 2001a.

WITTGENSTEIN, L. *Zettel*. São Paulo: Editora Unesp, 2021b

WOOLARD, K. A. Language ideologies. *In: STANLAW, J. (org.). The international encyclopedia of linguistic anthropology.* Wiley, 2020. p. 1-20.



Recebido em 19/06/2023. Aceito em 29/05/2024.